

Lavras II Holding 2 S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	7
Demonstrações de resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Lavras II Holding 2 S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lavras II Holding 2 S.A (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Lavras II Holding 2 S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

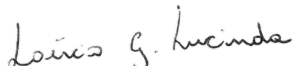
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6


Laércio Gésio Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

Lavras II Holding 2 S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.286	6.212	23	26
Contas a receber	7	3.195	2.636	-	-
Impostos a recuperar		596	512	3	3
Pagamentos antecipados		168	816	-	-
Outros ativos		95	-	-	-
Total do ativo circulante		11.340	10.176	26	29
Ativo não circulante					
Investimento em controladas	9	-	-	161.747	166.675
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	-	-	12.538
Imobilizado	11	291.445	309.577	-	-
Total do ativo não circulante		291.445	309.577	161.747	179.213
Total do ativo		302.785	319.753	161.773	179.242
<u>Passivo</u>	<u>Nota</u>	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores e outras contas pagar	12	4.318	1.943	-	1
Empréstimos e financiamentos	14	14.689	3.175	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	13	2	1.449	-	-
Outros tributos a recolher		645	977	-	-
Outras contas a pagar		47	-	-	-
Dividendos a pagar		97	-	-	-
Adiantamento de clientes		2.100	-	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	8	-	-	95	96
Total do passivo circulante		21.898	7.544	95	97
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	115.859	130.002	-	-
Provisão para desmontagem da Central Solar	11.2	3.350	3.062	-	-
Total do passivo não circulante		119.209	133.064	-	-
Patrimônio líquido					
Capital social	15.1	269.842	264.851	269.842	264.851
Prejuízos acumulados	15.3	(108.164)	(85.706)	(108.164)	(85.706)
		161.678	179.145	161.678	179.145
Total do passivo e patrimônio líquido		302.785	319.753	161.773	179.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lavras II Holding 2 S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	16	28.136	23.472	-	-
Custos	17	(35.599)	(30.067)	-	-
Prejuízo bruto		(7.463)	(6.595)	-	-
Despesas operacionais					-
Gerais e administrativas	18	(1.159)	(1.115)	(2)	(212)
Prejuízo operacional		(8.622)	(7.710)	(2)	(212)
Receitas financeiras	19	591	987	3	14
Despesas financeiras	19	(14.427)	(21.206)	(1)	(6.839)
Resultado financeiro líquido		(13.836)	(20.219)	2	(6.825)
Resultado de equivalência patrimonial	9.2	-	-	(22.458)	(20.932)
Resultado antes dos impostos		(22.458)	(27.929)	(22.458)	(27.969)
Imposto de renda e contribuição social	13	-	(40)	-	-
Prejuízo do exercício		(22.458)	(27.969)	(22.458)	(27.969)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lavras II Holding 2 S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(22.458)</u>	<u>(27.969)</u>	<u>(22.458)</u>	<u>(27.969)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(22.458)</u>	<u>(27.969)</u>	<u>(22.458)</u>	<u>(27.969)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lavras II Holding 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023		206.481	(57.737)	148.744
Aumento de capital em caixa	15.1	58.370	-	58.370
Prejuízo do exercício	15.3	-	(27.969)	(27.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		264.851	(85.706)	179.145
Aumento de capital em caixa	15.1	4.991	-	4.991
Prejuízo do exercício	15.3	-	(22.458)	(22.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		269.842	(108.164)	161.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lavras II Holding 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(22.458)	(27.969)	(22.458)	(27.969)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa					
Depreciação	17	18.132	18.077	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.2	-	-	22.458	20.932
Juros sobre financiamentos	14.1	13.498	18.759	-	5.968
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	19	288	258	-	-
Provisão de receita		(559)	(592)	-	-
Baixa ativo imobilizado	11.1	-	2.687	-	-
Imposto de renda e contribuição social		-	40	-	-
Resultado do exercício ajustado		8.901	11.260	-	(1.069)
Variações dos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	(32)	-	-
Pagamentos antecipados		648	-	-	-
Impostos a recuperar		(84)	(118)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar		4.475	(1.188)	(2)	(14)
Outros tributos a recolher		(1.682)	282	-	-
Outros ativos e passivos		(48)	(1.147)	-	17
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		12.210	9.057	(2)	(1.066)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	14.1	(13.528)	(12.652)	-	-
Pagamento de juros de debêntures		-	(10.030)	-	(10.030)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(2.373)	-	-
Caixa gerado pela (utilizado nas) atividades operacionais		(1.318)	(15.998)	-	(11.096)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aporte de capital em controlada	9.2	-	-	(4.992)	-
Fluxo de Caixa utilizados nas atividades de investimento		-	-	(4.992)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aporte de capital de acionistas	15.1	4.991	58.370	4.991	58.370
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	14.1	(2.599)	(2.476)	-	-
Pagamento de principal de debêntures		-	(102.932)	-	(102.932)
Fluxo de Caixa utilizados nas (provenientes das) atividades de financiamento		2.392	(47.038)	4.991	(44.562)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido		1.074	(63.036)	(3)	(55.658)
No início do exercício		6.212	69.248	26	55.684
No fim do exercício		7.286	6.212	23	26
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido		1.074	(63.036)	(3)	(55.658)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Lavras II Holding 2 S.A. individualmente “Companhia” é uma “Holding” constituída em 03 de fevereiro de 2021, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Avenida Roque Petroni Junior, 999 – Complemento 4º Andar – Sala 55 – Vila Gertrudes – São Paulo – SP.

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias conjuntamente referidas como “Companhia e suas controladas” ou simplesmente “Companhia”. A Companhia é composta por uma Holding e 03 (três) Companhias operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica, especificamente energia solar.

Lavras II Holding S.A. – tem por atividade fim a participação em outras sociedades. A sociedade está localizada na cidade de São Paulo no estado de São Paulo.

SPEs – referem-se a três Companhias operacionais que têm por atividade fim a geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, são elas: Lavras 6 Energias Renováveis S.A. Lavras 7 Energias Renováveis S.A. e Lavras 8 Energias Renováveis S.A., todas sediadas em Caucaia no estado do Ceará.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2025, as Controladas indiretas da Companhia possuem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para geração de energia solar, que lhes foi outorgada conforme abaixo:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Lavras 6 Energias Renováveis S.A.	9290/2020	13/10/2020	35 anos	26
Lavras 7 Energias Renováveis S.A.	8898/2020	09/06/2020	35 anos	20
Lavras 8 Energias Renováveis S.A.	8954/2020	17/06/2020	35 anos	20

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Lavras 6 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCVEIE	3,94	116,71	IPCA	01/01/2023 a 31/12/2037	Janeiro
Lavras 7 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCVEIE	3,96	116,71	IPCA	01/01/2023 a 31/12/2037	Janeiro
Lavras 8 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCVEIE	4,00	116,71	IPCA	01/01/2023 a 31/12/2037	Janeiro

1.3 Outras informações

As Controladas indiretas da Companhia iniciaram as operações dos parques fotovoltaicos em 12 de agosto de 2022.

2 Relação de entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía controle direto e indireto de 04 (quatro) Companhias. Veja abaixo a lista das controladas diretas e indiretas do grupo:

	Participação	2025	2024
Lavras II Holding S.A.(a)	Direta	100%	100%
Lavras 6 Energias Renováveis S.A. (b)	Indireta	100%	100%
Lavras 7 Energias Renováveis S.A. (b)	Indireta	100%	100%
Lavras 8 Energias Renováveis S.A. (b)	Indireta	100%	100%

(a) Holding com objetivo de participar em outras sociedades.

3 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.1 Base de preparação – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes dos empréstimos e financiamentos conforme prazos divulgados na nota explicativa nº 13.

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 10.558 (R\$ 2.632 em 31 de dezembro de 2024) e prejuízos de R\$ 22.458 em 2025 (R\$ 27.969 em 2024).

A Administração elaborou planos para suportar a posição de liquidez da Companhia. Nesse contexto, o plano de financiamento vigente contempla recursos provenientes da venda de outros projetos em nível Latam pertencentes à mesma estrutura societária da Companhia. Os recursos provenientes dessas transações serão direcionados para suprir as necessidades de caixa, as quais deverão contribuir para o fortalecimento da sua posição de liquidez.

Adicionalmente, a Administração vem conduzindo iniciativas com o objetivo de melhorar a estrutura de capital de giro da Companhia, incluindo: (i) atuação por meio das associações setoriais (ABSOLAR e ABEEólica), está tratando com o Ministério de Minas e Energia o ressarcimento do *curtailment*, conforme previsto na Lei nº 15.269/2025, visando aprimorar as condições de cálculo e metodologia de ressarcimento aplicáveis tanto a períodos passados quanto futuros; (ii) renegociação de contratos vigentes; e (iii) implementação de melhorias operacionais contínuas na usina.

Com base nas projeções de fluxo de caixa operacional e considerando o compromisso de sua controladora em prover suporte financeiro e adotar as medidas necessárias para assegurar a continuidade das operações da Companhia, a Administração concluiu que existem recursos suficientes para a manutenção das atividades operacionais no curso normal dos negócios.

3.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Nota 11 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis).

Nota 11 – Provisão para desmontagem (reconhecimento e principais premissas).

Nota 20 – Instrumentos financeiros – (principais premissas para divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração do Grupo revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

4 Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações individuais e consolidadas estão descritas a seguir.

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o exercício abrangido pelas presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

a. Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa controlada. Qualquer ganho e ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

c. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimento controlados.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de

transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

4.3 Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

4.4 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

c. Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

d. Depreciação

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus

valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo são as seguintes:

Central Solar	25 anos
Central Solar desmontagem	33 anos
Instalações	15-25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.5 Provisão para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente do passivo foi de 9,19% baseado nas taxas livre de risco NTN-B e IPCA projetado, o qual é corresponde a referência de taxa similar ao término das autorizações.

4.6 Redução ao valor recuperável

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Quebra de cláusulas contratuais;

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração da Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e concluiu que nenhuma provisão seria necessária.

4.7 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

4.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

4.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

4.10 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na NE 20.

c. *Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

d. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os ativos ou os passivos medidos ao valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível que a input de valor justo com nível mais baixo que seja significativa para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

4.11 Cortes de geração

A Companhia foi afetada ao longo do exercício de 2025 pelo crescimento dos cortes de geração de energia (*curtailment*), o que afetou diretamente a receita da Companhia e os custos com a compra de energia.

A regulamentação do *curtailment* iniciou-se com as usinas eólicas, por meio da suspensão dos ressarcimentos nos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e na Contratação de Energia de Reserva (CER), por meio do Despacho nº 2.303/2019, até a regulamentação do tema. Após dois anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a disciplina por meio da Resolução Normativa (REN) nº 927/2021.

Os geradores fotovoltaicos tiveram um histórico de regulamentação semelhante, sendo que, as usinas solares do ACR e na CER tiveram o marco e a forma de ressarcimento estabelecidos, provisoriamente, em 2022, por meio do Despacho nº 1.407/2022. O Despacho nº 1.688/2022 aprovou a metodologia provisória do *curtailment*, possibilitando que as frustrações de geração das usinas solares fossem contempladas, provisoriamente, nos ressarcimentos apurados no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) do tipo disponibilidade e dos CERs das usinas solares fotovoltaicas.

Apenas em 2023, a ANEEL publicou a REN nº 1.073/2023, que reconheceu o *curtailment* de usinas, trazendo uma metodologia transitória até a publicação de uma metodologia definitiva de ressarcimento, a qual estava em discussão por meio da Consulta Pública ANEEL nº 009/2025, que ainda não teve resolução publicada. Tanto a Resolução Normativa de eólicas quanto a de solares foram consolidadas na REN nº 1.030/2022.

É importante destacar que as usinas solares do Ambiente de Contratação Livre (ACL) só podem ser ressarcidas a partir de 01 de abril de 2024. Além dos períodos de contratação, a ANEEL incluiu na regulamentação outras regras, como:

- Apenas cortes classificados como “indisponibilidade elétrica” poderão ser ressarcidos.
- Atingir uma franquia de horas, a ser calculada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a cada início de ano.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da referida lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas solares e eólicas poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e de confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir, nas vias administrativa, arbitral ou judicial, compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e, portanto, de renunciar às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

4.12 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades do Grupo é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos

No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades do Grupo é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

4.13 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício de 2025 são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

A Administração da Companhia vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

a estrutura de custos e formação de preços;
a apuração e recuperação de créditos tributários;
a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e
os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

O Grupo continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	6	238	-	-
Aplicações financeiras	7.280	5.974	23	26
	7.286	6.212	23	26

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
Clientes nacionais a faturar (*)	2.258	1.960
Clientes nacionais com partes relacionadas a faturar – Nota 7	937	676
	3.195	2.636

(*) Corresponde aos valores provisionados pela venda de energia já entregue e não faturada. A provisão é revertida nos meses seguintes, quando ocorre o faturamento mensal com a emissão da nota fiscal.

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de energia entre as empresas do Grupo. A controladora final da Companhia é a Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
<u>Balanco patrimonial</u>				
Contas a receber				
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP) (*)	937	676	-	-
	937	676	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar				
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP)	473	440	-	-
	473	440	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas				
Lavras II Holding S.A.	-	-	95	96
	-	-	95	96
<u>Demonstração do resultado</u>				
Receita operacional líquida				
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP) (*)	6.229	6.362	-	-
	6.229	6.362	-	-
Custo – Energia comprada para revenda				
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP) (*)	(1.962)	(247)	-	-
	(1.962)	(247)	-	-

(*) O saldo refere-se a venda de energia para BRDP em decorrência da necessidade de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.

9 Investimentos em controladas

	Controladora	
	2025	2024
Investimento por equivalência patrimonial	161.747	166.675
	161.747	166.675

9.1 Informações financeiras resumidas da controlada

Em 31 de dezembro de 2025

Controlada	Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Lavras II Holding S.A.	Direta 100%	223	161.524	-	-	161.747	(22.458)

Em 31 de dezembro de 2024

Controlada	Participação	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Lavras II Holding S.A.	Direta 100%	678	178.800	5	12.538	166.675	(20.932)

9.2 Movimentação do investimento

Em 31 de dezembro de 2025

	Saldo inicial 2025	Equivalência Patrimonial	Aumento de capital	Saldo final em 2025
Lavras II Holding S.A.	166.675	(22.458)	17.530	161.747
	166.675	(22.458)	17.530	161.747

Aumento de capital		
AFAC	Em espécie	Total
Lavras II Holding S. A	4.992	17.530
12.538	4.992	17.530

Em 31 de dezembro de 2024

	Saldo inicial 2024	Equivalência Patrimonial	Saldo final em 2024
Lavras II Holding S.A.	187.607	(20.932)	166.675
	187.607	(20.932)	166.675

10 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	2025	2024
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12.538

-	12.538
---	--------

A Companhia no exercício de 2022, decidiu pela realização de um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor total R\$ 12.538, através da transferência de juros e custos das Debêntures para sua controlada direta (Lavras II Holding S.A.). A Companhia fez a integralização do AFAC no decorrer de 2025, conforme demonstrado na nota explicativa 9.2.

11 Imobilizado

	Consolidado	
	2025	2024
Imobilizado em serviço	291.445	309.577
	291.445	309.577

11.1 Movimentação do imobilizado

Consolidado

	Central Solar	Central Solar Desmontagem	Instalações	Total
Consolidado				
Saldo em 01 de janeiro de 2024	290.690	2.482	37.169	330.341
Baixas	(2.687)	-	-	(2.687)
Depreciação do exercício	(17.990)	(87)	-	(18.077)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	270.013	2.395	37.169	309.577
Depreciação do exercício	(16.659)	(80)	(1.393)	(18.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	253.354	2.315	35.776	291.445

11.2 Provisão para desmontagem

	Ativo	Passivo
Saldo final em 2023	2.482	2.804
(-) Depreciação	(87)	-
Juros	-	258
Saldo final em 2024	2.395	3.062
(-) Depreciação	(80)	-
Juros	-	288
Saldo final em 2025	2.315	3.350

12 Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Materiais e serviços (a)	3.845	1.503	-	1
Fornecedores partes relacionadas – Nota 7	473	440	-	-
	4.318	1.943	-	1

- (a) Em 2025, os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se a aquisições e contratações necessárias para o processo de manutenção dos parques de energia fotovoltaica.

13 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ a recolher	2	2	-	-
CSLL a recolher	-	2	-	-
Parcelamentos de IRPJ e CSLL a recolher	-	1.445	-	-
	<u>2</u>	<u>1.449</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

13.1 Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda	-	(27)	-	-
Contribuição social	-	(13)	-	-
Total	<u>-</u>	<u>(40)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O regime tributário das controladas indiretas da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é o Lucro Real, calculado de forma consolidada, conforme o demonstrativo a seguir:

	2025	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	(22.458)	(22.458)
Despesas indedutíveis	-	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	<u>(22.458)</u>	<u>(22.458)</u>
IRPJ 15% e CSLL 9%	-	-
Adicional de IRPJ de 10%	-	-
Despesa de Imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia em 31 de dezembro de 2025 possui prejuízos fiscais e base negativa no montante de R\$ 26.915 para os quais não foram constituídos Ativo fiscal diferido.

14 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	2025	2024
Banco do Nordeste (BNB)	130.548	133.177
	130.548	133.177
Circulante	14.689	3.175
Não circulante	115.859	130.002

14.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025

	Saldo inicial 2025	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Saldo final 2025
Empréstimos e financiamentos	133.177	13.498	(13.528)	(2.599)	130.548

Em 31 de dezembro de 2024

	Saldo inicial 2024	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Saldo final 2024
Empréstimos e financiamentos	135.514	12.791	(12.652)	(2.476)	133.177

14.2 Cronograma de amortização da dívida

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	2025	2024
2026	-	1.990
2027	3.052	2.636
2028	2.761	2.789
2029	2.911	2.976
2030 em diante	107.135	119.611
	115.859	130.002

14.3 Informações contratuais

	Emissão	Quantidade	Eventos de pagamentos	Remuneração	Emissão e vencimento	Saldo em 2025	Saldo em 2024
Lavras 6 Energias Renováveis S. A	Banco do nordeste (BNB)	58.579	Juros - cada trimestre a partir de 15/06/2022 e	IPCA+4.5824%	25/05//2022 e 15/06/2046	51.603	57.620

			amortização do principal mensal				
			Juros – pagamento a cada trimestre a partir de				
Lavras 7	Banco do		15/06/2022 e amortização	25/05//2022			
Energias	nordeste		do principal de forma	e			
Renováveis S. A	(BNB)	38.845	mensal	IPCA+4.5824%	15/06/2046	33.560	37.839
			Juros – pagamento a cada trimestre a partir de				
Lavras 8	Banco do		15/06/2022 e amortização	25/05//2022			
Energias	nordeste		do principal de forma	e			
Renováveis S. A	(BNB)	38.845	mensal	IPCA+4.5824%	15/06/2046	33.389	37.719

(ii) Covenants

Os contratos de financiamento com a BNB possuem cláusulas restritivas de covenants, os quais são acompanhadas pela administração do grupo.

(iii) Garantias

Os Empréstimos e financiamentos tem como garantia a alienação fiduciária de ações, bem como Garantia corporativa da Canadian Solar Inc e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 269.842 (R\$ 264.851 em 31 de dezembro de 2024), representado por 269.842 mil ações (264.851 em 31 de dezembro de 2024) subscritas e integralizadas, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2025		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	269.842	269.842	100%
	269.842	269.842	100%

	2024		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	264.851	264.851	100%
	264.851	264.851	100%

15.2 Aportes de capital efetuados

	Quantidade de ações	R\$ mil
Saldo inicial em 2024	206.481	206.481

Aportes e capital (a)	58.370	58.370
Saldo final em 2024	264.851	264.851
Aportes e capital (a)	4.991	4.991
Saldo final em 2025	269.842	269.842

(a) Aportes de capital ocorridos através de recursos bancários de seu acionista, totalmente subscritos e integralizados.

A Composição por evento societário de aporte de capital no exercício de 2025, está apresentada a seguir

Data	Detalhes do Aporte	Quantidade de ações	Valor
10/07/2025	Aporte de capital	4.540	4.540
07/11/2025	Aporte de capital	451	451
		4.991	4.991

A Composição por evento societário de aporte de capital no exercício de 2024, está apresentada a seguir

Data	Detalhes do Aporte	Quantidade de ações	Valor
11/01/2024	Aporte de capital	100	100
18/01/2024	Aporte de capital	750	750
01/03/2024	Aporte de capital	100	100
06/03/2024	Aporte de capital	175	175
21/03/2024	Aporte de capital	2.000	2.000
21/05/2024	Aporte de capital	1.071	1.071
28/06/2024	Aporte de capital	2.000	2.000
25/09/2024	Aporte de capital	52.174	52.174
		58.370	58.370

15.3 Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou em seu Balanço Patrimonial prejuízo líquido do exercício de R\$ 22.458 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando em R\$ 108.164 (R\$ 27.969 em 31 de dezembro de 2024, totalizando em R\$ 85.706).

16 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de venda de energia	24.597	19.838
Receita de venda de energia – Intercompany (*)	6.229	6.307
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (**)	(2.690)	(2.673)
	28.136	23.472

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa 8;

(**) Regime não cumulativo, sendo PIS (1,65%) e COFINS (7,6%).

17 Custo dos serviços

	Consolidado	
	2025	2024
Depreciação	(18.132)	(18.077)
Encargos de uso da rede elétrica	(13.081)	(7.818)
Serviços de terceiros	(2.861)	(2.394)
Operação e manutenção	(71)	(251)
Seguros	(797)	(271)
Serviços de segurança	(316)	(1.243)
Aluguéis	(340)	-
Outros	(1)	(13)
	(35.599)	(30.067)

18 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Assessoria e consultoria	(397)	(331)	(4)	(2)
Serviços contábeis	(656)	(619)	-	(14)
Tributárias	(28)	-	-	-
Serviços de terceiros	-	(197)	-	(197)
Serviços advocatícios	(80)	(235)	-	(1)
Despesas cartoriais	-	(12)	-	-
Despesas indedutíveis	-	491	-	3
Outros	2	(212)	2	(1)
	(1.159)	(1.115)	(2)	(212)

19 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	576	928	3	14
Atualização monetária	-	8	-	-
Ressarcimento de venda de energia	15	51	-	-
	591	987	3	14
Despesas financeiras				
Juros de debêntures	-	(5.924)	-	(5.924)
Juros de financiamentos	(13.498)	(12.791)	-	(45)
Comissão financeira	(339)	(1.741)	-	(845)
Multas	(85)	(231)	-	(1)
Despesas bancárias	(217)	(228)	(1)	(10)
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	(288)	(258)	-	-
Outras	-	(33)	-	(14)
	(14.427)	(21.206)	(1)	(6.839)
Resultado financeiro líquido	(13.836)	(20.219)	2	(6.825)

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam

mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2025 e 2024.

20.1 Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes, financiamentos e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segregada.

Classificação de instrumentos financeiros	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Valor contábil		Valor contábil	
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Caixas e bancos	5	7.286	6.212	23	26
Total		7.286	6.212	23	26
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores e outras contas a pagar		2.834	1.943	-	1
Empréstimos e financiamentos		130.548	133.177	-	-
Total		133.382	135.120	0	1

Classificação de instrumentos financeiros	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Valor justo		Valor justo	
Ativos financeiros					
Custo amortizado					
Caixas e bancos	5	7.286	6.212	23	26
Total		7.286	6.212	23	26
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores e outras contas a pagar		2.834	1.943	-	1
Empréstimos e financiamentos		130.548	133.177	-	-
Total		133.382	135.120	0	1

20.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco cambial

O Grupo não está exposto a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. As moedas funcionais da Companhia são principalmente o Real (R\$) e o dólar (USD), a companhia não possui transações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025.

Análise de sensibilidade das taxas de juros

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

Em 31 de dezembro 2025

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2025	2025	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	12,13%	(12,13%)	(15,16%)	(18,20%)
			Sensibilidade		
	Índices	2025	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras		7.280	(884)	(1.105)	(1.326)

Em 31 de dezembro 2024

	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2024	2024	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	(14,83%)	(18,54%)	(22,25%)
			Sensibilidade		
	Índices	2024	Provável	Δ - 25%	Δ - 50%
Aplicações financeiras		5.974	(886)	(1.107)	(1.329)

Em 31 de dezembro 2025

Cenário

	Variação	Provável	Sensibilidade		
	2025	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento de taxas, juros e índices - IPCA (IBGE)	4,30%	3,80%	(3,80%)	(4,75%)	(5,70%)
	Índices	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos		130.548	(4.961)	(6.201)	(7.441)

Em 31 de dezembro 2024

		Cenário			
	Variação	Provável	Sensibilidade		
	2024	2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento de taxas, juros e índices - IPCA (IBGE)	4,80%	5,60%	(5,60%)	(7,00%)	(8,40%)
	Índices	2024	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos		133.177	(7.458)	(9.322)	(11.187)

(a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.

(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - fonte - Bradesco Longo Prazo.

c. Risco de crédito

É o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

		Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
	Nota	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativo					
Custo Amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.286	6.212	23	26
Contas a receber	7	3.195	2.636	-	-
Total		10.481	8.848	23	26

O Grupo realiza operações com instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras apenas com instituições de primeira linha, cuja classificação de risco atribuída por agência de *rating* de referência dos principais montantes, é AAA.br.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de

curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em 31 de dezembro de 2025

		Consolidado			
		Fluxo de caixa contratuais			
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	4.318	4.318	4.318	-	-
Empréstimos e financiamentos	130.548	297.774	3.789	10.809	283.176
	134.866	302.092	8.107	10.809	283.176

		Controladora			
		Fluxo de caixa contratuais			
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2024

		Consolidado			
		Fluxo de caixa contratuais			
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	1.943	1.943	1.943	-	-
Empréstimos e financiamentos	133.177	293.234	3.582	10.550	279.102
	135.120	135.120	5.118	10.550	130.002

		Controladora			
		Fluxo de caixa contratuais			

	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	1	1	1	-	-
	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

21 Demonstrações dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as operações que não afetaram caixa nas operações do Grupo estão demonstradas a seguir:

	<u>Consolidado</u> 2025
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Provisão para custos com desmobilização	288
	<u>Consolidado</u> 2024

Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Provisão para custos com desmobilização	258

22 Provisão para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.